

## PODER

# CPMI da oposição sobre Master põe STF na mira

Comissão mista de inquérito obteve 280 assinaturas de deputados e senadores. Vice-líder Carlos Jordy (PL-RJ), que recolheu os apoios, admitiu que nomes ligados aos ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes serão chamados a depor

» WAL LIMA

Parlamentares da oposição na Câmara dos Deputados e no Senado protocolaram, ontem, o pedido de criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar as fraudes do Banco Master. Assinaram o requerimento 280 parlamentares — 238 deputados e 42 senadores —, sendo que alguns da base governista apoiam a proposta, como o senador Fabiano Contarato (PT-ES) e os deputados Tabata Amaral (PSB-SP) e Túlio Gadêla (Rede-PE). O deputado Carlos Jordy (PL-RJ) esteve à frente do recolhimento das assinaturas e deixou claro que um dos focos das apurações são ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Conforme o parlamentar adiantou ao *Correio*, caso a CPMI seja criada, os primeiros nomes a serem convocados a depor são José Eugênio e José Carlos Dias Toffoli, irmãos do ministro-relator do inquérito no Supremo da compra do Master pelo Banco Regional de Brasília (BRB). A advogada Viviane Barci de Moraes, mulher de Alexandre de Moraes, também será chamada para ser inquirida.

“Além destes, o próprio [Daniel] Votorló está na lista. Mas acho que pelo fato de ele ser investigado, possivelmente haverá um habeas corpus para que possa ficar em silêncio. Mas há muitas pessoas, como o próprio [ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Ricardo] Lewandowski e outras que tiveram relações com Votorló. Vamos apurar, levantar para fazer essas investigações”, garantiu Jordy.

A CPMI chega poucos dias depois que foi protocolada, apenas na Câmara, uma CPI cujas assinaturas foram recolhidas pelo deputado

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Segundo o parlamentar do PL, que é vice-líder da oposição, o intuito dessa comissão de inquérito é somente “atingir” o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB).

“Tenho falado muito aqui que a CPI do Banco Master feita na Câmara é um engodo. Rollemberg está fazendo isso para atingir o Ibaneis, porque ele sabe que não será instalada. Todos sabem que existe uma fila de 15 CPIs e que demandam que elas sejam instaladas antes destas”, criticou o bolsonarista.

Por meio de nota, Rollemberg

rebateu Jordy. “Meu requerimento de CPI, que tem 201 assinaturas, preenche todas as condições para ser instalada. Inclusive, houve (ontem) uma questão de ordem, ainda não respondida pelo presidente Hugo Motta (Republicanos-PB), na qual demonstre que pelo artigo 58, parágrafo 3º da Constituição Federal, e pelo artigo 35 do Regimento Interno, o presidente é obrigado a publicar o requerimento de CPI desde que ele cumpra os pré-requisitos — de ter um texto de assinatura, de ter o objeto definido e

prazo para acontecer e para acabar”, explicou o deputado.

### Sem prioridade

Motta, aliás, adiantou não vai priorizar a CPMI procolada ontem. “Temos aqui uma fila de CPIs. Essas CPIs são tratadas na ordem cronológica. No ano passado, tivemos em torno de 13, 16 CPIs protocoladas. Acabamos não instalando nenhuma e, agora, vamos fazer o debate sobre essas CPIs”, afirmou o presidente da Câmara.

A elaboração de CPIs vem

sendo o recurso usado pela oposição para garantir a instauração de comissões investigativas no Congresso. Isso porque um colegiado composto por deputados e senadores pertence ao Congresso, e não segue a mesma “fila” de requerimentos de CPIs da Câmara e do Senado — apenas cinco podem funcionar simultaneamente em cada Casa. Governistas, lideranças partidárias do Centrão e os presidentes das duas Casas do Legislativo — senador Davi Alcolumbre (União-AP) e Motta — têm atuado para barrar comissões



**Sabemos que haverá uma resistência porque, na classe política, tem muita gente envolvida. Existe muita gente poderosa, inclusive membros do STF que estão envolvidos. Então, haverá uma pressão para que não haja instalação e eu tenho ouvido muito burburinho”**

**Deputado Carlos Jordy (PL-RJ)**

parlamentares mistas de inquérito por entenderem que utilizam uma manobra regimental para forçar a instalação.

Jordy concorda que haverá resistência do Parlamento ao avanço da criação da CPMI. Daí porque começou a cobrar de Alcolumbre a leitura da instalação do colegiado já na próxima sessão conjunta do Congresso, que deve ser somente depois do Carnaval.

“Sabemos que haverá uma resistência porque, na classe política, tem muita gente envolvida. Existe muita gente poderosa, inclusive membros do STF que estão envolvidos. Então, haverá uma pressão para que não haja instalação e eu tenho ouvido muito burburinho”, admitiu. (Colaborou Fabio Grecchi)

# Preso ex-presidente do Rioprevidência

» ALÍCIA BERNARDES

O ex-presidente do Rioprevidência, Deivis Marcon Antunes, foi preso ontem em uma ação conjunta da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF). A abordagem ocorreu em Itatiaia, no Sul Fluminense, quando ele seguia de carro em direção ao Rio de Janeiro. Depois da prisão, Deivis foi levado para a delegacia da PF em Volta Redonda (RJ) e, posteriormente, transferido para a capital.

Segundo as investigações, ele havia acabado de retornar dos Estados Unidos e desembarcado no Aeroporto de Guarulhos (SP). De lá, alugou um veículo para viajar ao Rio, mas foi interceptado no trajeto. A prisão integra a segunda fase da Operação Barco de Papel, que apura suspeitas de fraudes, desvios de recursos e irregularidades na gestão do fundo de previdência dos servidores do governo do Estado do Rio de Janeiro.

Nessa etapa da operação, a PF cumpriu três mandados de prisão temporária e nove de busca e apreensão no Rio de Janeiro e em Santa Catarina. As ordens judiciais foram expedidas pela 6ª Vara Federal Criminal do Rio, com base em indícios de obstrução de investigações e tentativa de ocultação de provas. Até o fechamento desta edição, outros dois alvos eram considerados foragidos.

Divulgação



Deivis foi interceptado quando voltava de carro para o Rio

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Rioprevidência aplicou aproximadamente R\$ 1 bilhão em títulos sem lastro oferecidos pelo Banco Master

### Investimento

Deivis deixou a presidência do Rioprevidência em 23 de janeiro, depois da deflagração da primeira fase da operação. Na ocasião, agentes federais cumpriram mandado de busca e apreensão em seu apartamento e relataram ter identificado retirada de documentos, manipulação de provas e transferência de bens, incluindo dois veículos de luxo.

do Fundo Garantidor de Crédito. Isso pode ter colocado em risco o pagamento de aposentadorias e pensões de cerca de 235 mil servidores estaduais.

As operações financeiras já vinham sendo acompanhadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Em outubro de 2025, o TCE-RJ determinou

que o Rioprevidência não realizasse novos investimentos em títulos administrados pelo Master e apontou indícios de gestão temerária dos recursos previdenciários.

Procurado, o advogado Paulo Klein, responsável pela defesa de Deivis, informou que não se manifestaria.

# Acesso a sigilos

O presidente da CPMI do INSS, senador Carlos Viana (Podemos-MG), afirmou ontem que o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), deve autorizar, nas próximas semanas, o compartilhamento de dados sigilosos do ex-banqueiro Daniel Votorló, dono do Banco Master, com o colegiado. Na reunião que tiveram, o magistrado condicionou a liberação das informações à conclusão de uma etapa de análise conduzida pela Polícia Federal.

Segundo Viana, a PF está compilando dados obtidos a partir da quebra de sigilos telemático e financeiro de Votorló, aprovada pela CPMI em dezembro do ano passado. O material integra investigações que tramitam sob relatoria do ministro no STF.

De acordo com o senador, a expectativa é de que, finalizado o trabalho da PF, os documentos sejam remetidos à comissão. “Assim que a Polícia Federal concluir a compilação e os procedimentos necessários, toda a documentação será devolvida à CPMI”, afirmou Viana.

A comissão pretende usar as informações para aprofundar a apuração de suspeitas de fraudes envolvendo empréstimos consignados a aposentados e pensionistas do INSS. Viana disse que Toffoli se mostrou aberto ao diálogo com os integrantes do colegiado. (AB)